



País precisa crescer antes de aumentar tributos, diz Renan

Após reunião com os ministros da Fazenda e de Minas e Energia sobre a votação da Agenda Brasil, presidente do Senado disse ser contrário à recriação da CPMF

Renan Calheiros, os ministros Joaquim Levy e Eduardo Braga e o senador Eunício Oliveira se reuniram ontem para tratar dos pontos prioritários da Agenda Brasil. Após o encontro, o presidente do Senado disse que manifestou aos ministros sua preocupação com medidas que venham a elevar a carga tributária.

A jornalistas, Renan se declarou contra uma possível recriação da CPMF, extinta em 2007. Aumentar os impostos só agravaria a crise, disse o presidente do Senado. Ele sugere a simplificação de tributos, o aumento da base de contribuição e o corte de despesas, premissas dos projetos que fazem parte da Agenda Brasil. **3**

Após reunião com ministros, Renan Calheiros defende a reforma do ICMS e da contribuição para PIS e Cofins, mas sem elevação de tributos nem recriação da CPMF



Waldemir Barreto/Agência Senado

Transparência será foco de colegiado permanente e frente parlamentar **3**

Comandante da Marinha fala a senadores sobre prioridades da pasta **8**

Debate sobre florestas comerciais destaca alta produtividade brasileira **7**

Liberação de depósitos judiciais para estados será negociada em reunião **4**



Gerardo Mangel/Agência Senado

Para Romário (E), acesso aos dados de Del Nero é essencial ao trabalho da CPI

Comissão explica quebra de sigilos do presidente da CBF

A CPI do Futebol está encaminhando ao Supremo Tribunal Federal justificativa para a quebra dos sigilos bancário e fiscal do

presidente da CBF, Marco Polo Del Nero. O dirigente havia entrado no STF com mandado de segurança para preservar os dados. **4**

Novos cargos para o Conselho do Ministério Público vão a sanção

Projeto que cria cargos e funções de confiança no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi aprovado ontem em Plenário e segue para sanção presidencial. Serão adicionados à estrutura do conselho 90 cargos de auditor nacional de controle

e 30 de técnico nacional de controle, além de 26 funções de confiança e 42 cargos comissionados. O texto também extingue 14 funções de confiança. O CNMP é responsável pela fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público. **4**

Convocados se calam na CPI do Carf

Dos quatro investigados convocados para esclarecimentos ontem, dois não compareceram por motivos de saúde e viagem. Os outros dois usaram o direito de ficar calados e não colaboraram com a CPI, que tentará ouvir outros suspeitos. **5**



Gerardo Mangel/Agência Senado

José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do Carf, ouve presidente da CPI, Ataídes

Avança acordo de aviação com Moçambique **6**

Taxa de morte pós-cirurgia é alta, alerta instituição **2**

Criados grupos parlamentares com dois países **6**

Projeto combate financiamento ao terrorismo

Proposta que acelera o bloqueio de bens e recursos de pessoas ou empresas citadas pelas Nações Unidas como financiadoras de terrorismo internacional foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e passa a tramitar no Senado em regime de urgência. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Cristovam (C) relata projeto que cria ação judicial específica para esses casos

Morte pós-cirúrgica no país é elevada, alerta instituição

Sociedade de Anestesiologia do Estado de São Paulo pediu apoio ao presidente do Senado para ações em prol da segurança do paciente. Taxa no Brasil é de 3 a 6 vezes maior que a da África do Sul e Índia

A MORTALIDADE DE pacientes cirúrgicos no Brasil alcança níveis “alarmantes”, disse o presidente da Sociedade de Anestesiologia do Estado de São Paulo (Saesp), Enis Donizetti Silva, que se encontrou ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Donizetti pediu ajuda para incluir a segurança do paciente entre as preocupações nacionais. Segundo ele, no Brasil, a morte de pessoas devido a complicações por eventos adversos chega a ser entre três e seis vezes maior que em países de estrutura semelhante, como China, África do Sul e Índia. Se comparada aos Estados Unidos

e a países escandinavos, a diferença “é quase que abissal”. Nessas nações a mortalidade é de menos de 1%.

— Quando a gente analisa esses eventos, 70% deles podem ser evitados, em alguns dados, mais de 80% deles podem ser evitados — informou.

Há 14 meses, a Saesp tenta reunir organizações nacionais e internacionais em torno do assunto. Parceria com a Sociedade Americana de Anestesia permitiu que a Saesp criasse um aplicativo para relato de incidentes em anestesia. O objetivo, disse o médico, é criar uma massa de dados, que serão usados em projetos edu-

cacionais. Para ele, a educação continuada na área médica no país está muito aquém do número de horas necessárias.

A Saesp convidou o presidente do Senado para participar semana que vem do lançamento da Fundação para Segurança do Paciente, uma associação sem fins lucrativos.

— A ideia é ter uma estrutura para debater políticas que possam ser implementadas de maneira prática.

Renan se mostrou solidário e se colocou à disposição para ajudar a promover a segurança do paciente no país.

(Da Assessoria da Presidência do Senado)

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) homenageou ontem Ricardo Ferraço (PMDB-ES), ao inaugurar a fotografia do senador na galeria de ex-presidentes do colegiado. Ele esteve à frente da CRE no biênio 2013–2014. Lembrado pela “ousadia” na condução dos trabalhos e por ter elevado a CRE a uma posição de protagonismo no Senado, Ferraço agradeceu o apoio.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Sancionada lei que simplifica o leilão de veículos

Foi sancionada nesta semana pela presidente Dilma Rousseff a Lei 13.160/2015, que facilita o leilão de veículos apreendidos ou removidos. O objetivo é reduzir a lotação de pátios de departamentos de trânsito e outros órgãos em todo o país. As mudanças entram em vigor em 150 dias.

Oriunda do PLC 24/2014, do deputado Laercio Oliveira (SD-SE), a lei reduz de 90 para 60 dias o prazo para que os veículos não reclamados sejam avaliados e levados a

leilão. Também traz regras para o arremate e define tempo máximo de seis meses para a cobrança de permanência em depósito.

O texto diferencia os veículos aptos a trafegar e os classificados como sucata. O veículo conservado que não for arrematado depois de dois leilões será leiloado como sucata. Os veículos leiloados como sucata não podem voltar a circular.

Dilma vetou a revogação de um artigo do Código de Trânsito Brasileiro que trata

justamente da apreensão e do depósito de veículos.

“O artigo 262 fixa elementos da penalidade de apreensão de veículo. Dessa forma, a revogação do dispositivo dificultaria a aplicação dessa pena, que continua sendo mencionada em dispositivos esparsos do Código de Trânsito Brasileiro. Inconveniente, portanto, a mera revogação desse artigo sem as correspondentes adequações na sistemática do código”, explica a presidente na justificativa do veto.

Audiência analisa crise da saúde no Distrito Federal

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, a partir das 8h30, audiência pública interativa para debater a crise do sistema de saúde em Brasília e no Brasil e apontar novos rumos para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Foram convidados para o encontro o subsecretário de Gestão Participativa da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Tiago Araújo Coelho de Souza; o promotor titular da 1ª Promotoria de Justiça de

Defesa da Saúde, Jairo Bisol; o presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Helvécio Ferreira da Silva; e o secretário de Saúde do DF, Fábio Gondim.

Também devem participar dos debates representantes do setor empresarial da área de saúde, da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento e da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, entre outros.

Esta será a segunda audiência pública da CDH sobre o tema. Outra já ocorreu no

dia 21, com participação de representantes do governo do Distrito Federal e de categorias profissionais que atuam no setor.

O debate foi requerido por Hélio José (PSD-DF). O presidente da CDH é Paulo Paim (PT-RS) e o vice-presidente é João Capiberibe (PSB-AP).

A audiência de hoje é interativa, com a possibilidade de participação popular por meio de perguntas e comentários.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar dela

Sessão homenageia Confederação dos Servidores Públicos do Brasil

O Senado homenageia em sessão especial hoje, às 9h30, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. A entidade, que comemora 57 anos, reúne 40 federações. Juntas, somam mais de 1,5 mil sindicatos representantes de servidores de todo o país. Dirigentes de diversas centrais sindicais foram convidados.

Para Paulo Paim (PT-RS), a confederação tem cumprido importante papel na defesa

dos trabalhadores, inclusive participando das audiências que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) tem feito no país contra a terceirização:

— A sessão especial servirá como incentivo para que outras entidades representantes dos trabalhadores continuem firmes em seu propósito. Existem demandas importantes para a categoria aqui no Congresso, como o direito de greve e de sindicalização.

Rádio Senado apresenta reportagem sobre responsabilidade na internet

A internet ainda é considerada um território livre, mas é alvo de discussões sobre limites e responsabilidades dos usuários. Qual o impacto da divulgação de uma notícia falsa? E do compartilhamento de imagem sem autorização?

Questões como essas serão tratadas na Rádio Senado na reportagem especial “Não

Compartilhe”, dos jornalistas Maurício de Santi e Rodrigo Resende. A reportagem ouve especialistas, pessoas atingidas por notícias falsas, psicólogos e juristas.

Não Compartilhe
Hoje, às 18h; amanhã, às 10h; e domingo, às 17h. Pela internet: www.senado.leg.br/radio

Ditadura e relações exteriores são tema de documentário da TV Senado

O documentário *Em Busca da Verdade* — episódio 2 destaca casos de tortura e desaparecimentos envolvendo a ditadura militar e as relações internacionais.

O caso dos nove chineses, por exemplo, mostra que a ditadura usou a prisão dos estrangeiros para justificar o golpe militar, alegando que os acusados tinham relação com a sublevação comunista.

O filme tem como base os relatórios das comissões estaduais e da Comissão

Nacional da Verdade.

O documentário também traz casos da Operação Condor, como o desaparecimento do pianista Tenorinho, em Buenos Aires, após um show com a banda de Vinicius de Moraes e Toquinho.

Produzido pela TV Senado, o documentário tem direção de Deraldo Goulart.

Em Busca da Verdade (ep. 2)
Amanhã, às 22h; domingo, às 17h; e segunda, à 1h. Assista ao trailer: <http://bit.ly/trailerBuscaVerdade>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CDH Crise da saúde no DF
8h30 Audiência sobre a crise do sistema de saúde em Brasília. Participa da reunião o subsecretário de Gestão Participativa da Secretaria de Saúde do DF.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

SESSÃO ESPECIAL Servidores públicos
9h30 Sessão especial para comemorar os 57 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

ASSASSINATO DE JOVENS Audiência
13h A CPI do Assassinato de Jovens debate as políticas de combate à violência contra jovens no Rio Grande do Norte.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Para Renan, antes de aumentar os impostos, é preciso cortar as despesas

Presidente do Senado se reuniu ontem com ministros da Fazenda e de Minas e Energia para definir calendário de votação da Agenda Brasil

AGENDA BRASIL

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, se reuniu ontem com os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e de Minas e Energia, Eduardo Braga, e com o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), para definir o calendário de votação das propostas da Agenda Brasil, documento com medidas para alavancar o crescimento econômico e aumentar a segurança jurídica do país. As sugestões, compiladas por Renan, estão divididas em três eixos: melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura, equilíbrio fiscal e proteção social.

— O ministro Levy disse que vai somar esforços e apreciar um a um os pontos da proposta da Agenda Brasil. Eu disse mais uma vez que tenho preocupação com a elevação da carga tributária. Porque entendo que, quando o imposto é grande demais, mata o próprio imposto. A Agenda Brasil tem como premissas a simplificação dos impostos, a facilitação, o aumento da base de contribuição. É preciso cortar despesas e fazer a reforma do Estado para, só a partir daí, se pensar em aumento de imposto — afirmou Renan.

O presidente do Senado defendeu a reforma do Im-



Para Renan, prioridades do país são a reforma do Estado, a estabilização da economia e a retomada do crescimento

posto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do PIS-Cofins, sem elevação de tributos.

— Eu prefiro raciocinar pelo corte de despesas, pela simplificação, pelo aumento da base. Eu acho que dessa forma o Brasil caminhará melhor — defendeu.

Na próxima semana, destacou Renan, serão instaladas duas comissões para estudar propostas para sanar a crise. Na terça-feira, a Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional e, na quarta, a que vai propor medidas para desburocratizar a administração pública.

Recriação da CPMF pode agravar crise, avalia senador

A notícia de que o governo estuda a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), extinta em 2007, não agradou a Renan Calheiros.

O presidente do Senado afirmou que se preocupa muito com a criação de novos tributos, principalmente num momento de crise econômica.

— É preciso antes retomar o crescimento da economia,

e a Agenda Brasil se dispõe a isto: criar condições para que o Brasil estabilize a economia e volte a crescer — disse Renan, antes de se reunir com ministros, ontem.

Segundo o senador, aumentar a carga tributária durante um período de retração econômica “não é boa prática”.

— É muito ruim para o Brasil e, certamente, vai agravar a crise.

Dilma deve esquecer marketing e anunciar soluções, diz Flexa

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou ontem o que chamou de inação do governo para debelar a crise.

Diante do quadro, afirmou o senador, a presidente Dilma Rousseff vem se limitando a ações “pirotécnicas”, de pouco resultado.

— É premente que Dilma deixe de lado o marketing fantasioso e apresente soluções contundentes para essa que é já das maiores crises do Brasil. Não basta anunciar que fará uma reforma administrativa e cortar 10 ministérios, até porque a meta é reduzir, dos 39, apenas 10 — reprovou Flexa.



Pedro Franco/Agência Senado

Rose afirma que crise só será superada com diálogo nacional

Rose de Freitas (PMDB-ES) defendeu ontem o diálogo entre os diversos setores para que o país tenha condições de enfrentar a crise econômica.

— As soluções só virão se nós produzirmos um acordo sistematizado entre Poder Executivo e Poder Legislativo, acompanhado de todos aqueles que podem colocar o peão no chão e entender o que é que está se passando no Brasil. Esse cenário precisa de acordos e ajustes econômicos firmes. O momento atual precisa de uma concertação política, que é apartidária — avaliou a senadora.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Transparência será tema de comissão permanente

O Senado contará a partir de agora com a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública. A criação foi possível com a aprovação pelo Plenário, ontem, do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 13/2015, de João Capiberibe (PSB-AP). Os senadores aprovaram também a Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos, prevista no PRS 16/2015.

A comissão, que vai contar com 17 titulares e 17 suplentes, vai cuidar de temas relacionados ao combate à corrupção; à responsabilidade na gestão fiscal e à modernização das práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta. Os parlamentares também vão se dedicar a questões relativas à prestação de informações à população.

A frente vai atuar na promoção de debates, na elaboração de legislação e na promoção da cultura do monitoramento dos gastos públicos.

Capiberibe citou os mecanismos que já permitem ao cidadão obter informações e fiscalizar o poder público,



Ideia de João Capiberibe é discutir assuntos como a responsabilidade fiscal

inclusive uma norma nascida de projeto de sua autoria, a Lei Complementar 131/2009, que determina a disponibilização, em tempo real, de informações detalhadas dos gastos feitos pelo governo federal, estados, Distrito Federal e municípios. Para isso, os entes foram obrigados a criar os portais da transparência.

Outro meio possível de ser utilizado é a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que define como regra geral que todas as informações produzidas ou guardadas pelo poder público são públicas. Para ter acesso, o cidadão deve dirigir pedido ao órgão

responsável. O sigilo é a exceção e mesmo nesses casos a lei estabelece critérios e prazos máximos para que a informação fique resguardada.

— Qualquer indagação pode ser encaminhada por um cidadão e o órgão tem prazo para responder, e não tem que questionar o porquê de a pessoa desejar aquela informação — observou.

Na avaliação de Capiberibe, a má governança é um “problema congênito” e tem criado dificuldades para a sociedade, que paga elevados tributos — 35% do PIB — sem a contrapartida de serviços de qualidade.

Capiberibe: sociedade tem que se organizar para fiscalizar gastos

João Capiberibe (PSB-AP) apelou ontem para que a sociedade se organize com o objetivo de intensificar a fiscalização da aplicação dos gastos públicos. Ele disse que, embora as leis já assegurem os meios de acesso às informações, ainda falta uma atuação mais estruturada para a sistematização e uso regular dos dados. Para o senador, a fiscalização deve ter por fim não apenas o combate a desvios e corrupção, mas também a qualidade dos gastos.

— É fundamental a sociedade se mobilizar para fazer o acompanhamento, principalmente na cidade em que vive — pediu.

Capiberibe abordou o assunto pouco antes de serem aprovados dois projetos de resolução de sua autoria destinados fortalecer a transparência e a melhoria de gestão pública.



Ao lado do senador Donizeti Nogueira (E), o senador Romário preside sessão da CPI com Amaury Ribeiro Jr., Leandro Cipoloni e Luiz Carlos Azenha

Romário envia justificativa ao STF para quebra dos sigilos de Del Nero

Para o senador, acesso aos dados bancários e fiscais do presidente da CBF são essenciais ao trabalho da CPI que apura irregularidades no futebol brasileiro. Del Nero entrou com mandado de segurança no Supremo para preservar os dados

O PRESIDENTE DA CPI do Futebol, senador Romário (PSB-RJ), disse ontem que será encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF) a resposta a um mandado de segurança impetrado pelo presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Polo Del Nero. O dirigente da entidade questiona a aprovação da quebra dos sigilos bancário e fiscal dele por parte da CPI. O relator do mandado é o ministro Edson Fachin.

Del Nero alega não haver razão concreta, fruto de investigações, para a quebra dos sigilos. Ele diz ser alvo de perseguição por parte do colegiado. O argumento foi rebatido por Romário. Para o senador, é fundamental ter acesso a essas informações sobre “o cartola-mor do futebol”.

— O que não faltam são indícios, denúncias para que isso ocorra — afirmou Romário, argumentando que passar a limpo o futebol no país trará benefícios para a sociedade.

Roberto Rocha (PSB-MA) disse ter ficado indignado com o mandado movido por Marco Polo Del Nero. Na opinião do parlamentar, a ação traz mais suspeição às atividades do dirigente.

— Agora que faço mais questão ainda

de que essas informações venham à tona. O que será que ele tanto teme que a sociedade saiba? — questionou.

A CPI ouviu ontem os jornalistas Luiz Carlos Azenha, Amaury Ribeiro Jr. e Leandro Cipoloni. Eles são autores do livro *O Lado Sujo do Futebol*, com Tony Chastinet. A publicação, lançada em 2014, teve o prefácio assinado por Romário.

Ribeiro Jr. prometeu entregar à CPI documentos sobre o que denomina Conexão México. A documentação mostraria, segundo o jornalista, que empresas como a Nike e a Adidas teriam esquemas de lavagem de dinheiro no país. O repórter investigativo acusa essas duas empresas e outras companhias de se valerem de instrumentos legais como a Lei Geral da Copa como fachada para a prática de ilegalidades, contando com a conivência de autoridades do Banco Central.

O jornalista acrescentou que a lei também foi utilizada por empresas de comunicação com o fim de sonegar impostos e informou à Agência Senado que repassará todos os papéis para a CPI na próxima semana.

Luiz Carlos Azenha sugeriu ao colegiado que as investigações tenham, entre outros alvos, os intermediários

dos contratos da CBF. O profissional, que trabalha na TV Record, lembra que grandes ligas como a NBA (do basquete norte-americano) e outras jamais utilizam esse tipo de artifício.

Para ele, o ex-presidente da CBF Ricardo Teixeira era sócio oculto de empresas como a Traffic, de outras ligadas a Sandro Rosell (ex-dirigente da Nike e do Barcelona) e à ISL, todas intermediárias de contratos milionários.

— Esses intermediários servem apenas para a distribuição de propinas — garantiu.

Leandro Cipoloni avaliou que o fato de Teixeira nunca ter sido condenado em muitas das investigações de que foi alvo só pode ser explicado devido à “leniência das autoridades”.

Romário informou aos jornalistas que a CPI volta a se reunir na terça-feira para votar requerimentos. Entre eles, os referentes a contratos da CBF com a Marfrig e o da Federação Paulista de Futebol com a General Motors.

Na quinta-feira, o colegiado receberá o jornalista inglês Andrew Jennings, autor de livros que serviram de base para as investigações do FBI (a Polícia Federal dos EUA) que levaram à prisão de diversos dirigentes ligados ao esporte.

Aprovados cargos para o Conselho do Ministério Público

O Plenário aprovou o projeto que cria cargos e funções de confiança no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A proposta (PLC 53/2015) segue para sanção.

O projeto cria 90 cargos de auditor nacional de controle, 30 cargos de técnico nacional de controle, 26 funções de confiança nível FC-3 e 42 cargos em comissão na estrutura administrativa do CNMP. Também extingue 14 funções de confiança.

Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou que a criação de cargos exige muito cuidado, principalmente em tempos de necessidade de enxugar a máquina pública. No entanto, ressaltou, há expressa previsão na lei orçamentária para as contratações e a iniciativa se justifica pela necessidade do órgão.

Criado em 2004, o CNMP é responsável pela fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público.

Reunião negociará a liberação de depósitos judiciais

A liberação de depósitos judiciais para os cofres estaduais, autorizada por lei aprovada em abril, será tratada em reunião na próxima terça-feira. O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou o encontro entre parlamentares, secretários de Fazenda de estados e as direções do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Um dos dispositivos da Lei Complementar 151/2015 libera o uso de 70% dos depósitos judiciais pelos estados, como receita. Mas, na prática, os governos ainda não têm acesso à liberação, porque foi vetado o prazo que a lei dava para os bancos disponibilizarem o dinheiro. Autor do dispositivo, José Serra (PSDB-SP) destacou as dificuldades dos estados.

— A receita real de todos eles caiu 5% no primeiro semestre deste ano, comparativamente ao ano anterior. É evidente que precisam de mais recursos — disse.

Lindbergh quer reforma que reduza desigualdade

Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu ampla reforma tributária para melhorar a arrecadação e diminuir as desigualdades no país. O senador apresentou oito pontos que considerou cruciais para a reforma e que pretende defender durante os debates da Agenda Brasil.

Um deles é zerar os impostos sobre alimentos, que são cobrados igualmente de pobres e ricos, o que aumenta a injustiça social, disse. Outra proposta é tributar lucros e dividendos de pessoa física. O senador justificou que, enquanto o trabalhador tem o salário tributado, os empresários recebem remuneração na forma de lucros e dividendos, livre de taxações. Ele ainda propõe, entre outros pontos, aumentar a alíquota máxima sobre grandes heranças e doações.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa comemora Dia da Igualdade de Gênero

Em discurso ontem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou a passagem, na quarta-feira, do Dia Internacional da Igualdade de Gênero. Ela destacou a coincidência de o Senado ter aprovado em primeiro turno, no dia anterior, a PEC 98/2015, que reserva às mulheres percentual mínimo de cadeiras no Legislativo em todos os níveis federativos.

A senadora disse desejar e antever “um cintilante mundo possível, fraterno e livre, em que mulheres e homens tenham o benefício da igualdade”. Para ela, a igualdade não é conquista só para mulheres, mas também para os homens.

— Como disse a atriz Emma Watson, os homens também não têm o benefício da igualdade. Também eles são aprisionados pelos estereótipos de gênero. Quando estiverem livres, as coisas mudarão para as mulheres como consequência natural — acrescentou.

Medeiros pede verba da Lei Kandir para estados

José Medeiros (PPS-MT) pediu ao governo federal que repasse logo o dinheiro da compensação prevista na Lei Kandir para os estados exportadores.

Ele propôs até que os senadores desses estados tranquem a pauta de votações no Senado para pressionar o governo.

Medeiros disse que os estados precisam desse dinheiro para investir na recuperação de suas rodovias e, assim, melhorar as condições de escoamento de sua produção agrícola e pecuária.

Segundo o senador, nas rodovias mato-grossenses faltam faixas adicionais, os acostamentos são inexistentes ou estão más condições, a sinalização inexistente ou está sem visibilidade e existem curvas perigosas sem placas e sem defesas metálicas de proteção.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Hélio José destaca valor do direito à moradia

Hélio José (PSD-DF) destacou a passagem do Dia da Habitação (21 de agosto). Ele ressaltou a importância da moradia entre os direitos sociais e a luta dos movimentos sociais pela habitação digna, mas lamentou a persistência do déficit habitacional e da proliferação de favelas, apesar dos elevados investimentos públicos no setor.

O senador saudou o Minha Casa, Minha Vida como importante estímulo à construção civil e disse esperar que a terceira fase do programa tenha critérios mais avançados de sustentabilidade, incluindo uso de fontes de energia renováveis e controle da poluição.

— Muitos brasileiros ainda não exerceram um de seus direitos básicos: o de ter um lugar para morar.



Moreira Matiz/Agência Senado

Convocados por CPI do Carf se negam a falar

Dois investigados não compareceram à audiência de ontem e os dois que estiveram presentes não responderam às perguntas, amparados por habeas corpus do STF

OS CONVOCADOS PARA depoimento ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de fraude no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) não colaboraram com as investigações. Dois deles não compareceram e dois se mantiveram em silêncio.

Apesar disso, a comissão continuará tentando ouvir suspeitos de envolvimento no esquema que, pela estimativa da Polícia Federal, resultou em desvio de R\$ 6 bilhões dos cofres públicos.

Edson Pereira Rodrigues e Alexandre Paes não compareceram à reunião. O primeiro, que é ex-presidente do Carf, encaminhou à CPI um atestado no qual o médico recomenda três dias de repouso por laringite. O segundo, sócio de uma empresa de fachada suspeita de atuar como intermediária dos pagamentos, está fora do país para acompanhar tratamento quimioterápico da irmã. Alexandre Paes pediu o adiamento do depoimento para o dia 15 de setembro, véspera do encerramento da CPI.

Amparados por habeas corpus concedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), os outros dois convocados não responderam às perguntas, mas manifestaram descontentamento com a condução das investigações tanto pela Justiça quanto pela CPI.

Reconvocado pela comissão, o ex-conselheiro Jorge Victor Rodrigues disse, antes de ser



Presidente da CPI, Ataídes, e relatora, Vanessa, questionam José Ricardo da Silva (E) e José Victor Rodrigues (D), que não colaboraram com as investigações

dispensado pela CPI, que estava se sentindo constrangido por ter sido novamente chamado a comparecer à comissão. Ele é acusado de intermediar o pagamento de propina das empresas a conselheiros do órgão e já havia participado de uma reunião em junho.

— Tudo o que eu tinha que falar a esta comissão foi dito quando da minha primeira vinda aqui e hoje farei uso do meu direito constitucional de permanecer calado diante de quaisquer perguntas.

O presidente da comissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), explicou que a CPI tomou conhecimento de novos fatos desde a convocação anterior, o que justificaria a nova oitiva. O senador o acusou de corrupção ativa e passiva, tráfico de influência, advocacia administrativa, fazendária e lavagem de dinheiro:

— A Operação Zelotes não vai deixar o senhor sossegado. Com o Ministério Público temos estado muito próximos,

compartilhando informações, e eles já nos comunicaram que vão fazer agora uma denúncia, até o dia 15 do mês subsequente, e o nome do senhor deve estar nessa lista — anunciou.

Rodrigues disse ser vítima de acusações pelas quais não foi nem sequer denunciado:

— Eu fui incriminado por Vossa Excelência de ter cometido crimes, inclusive de lavagem de dinheiro, de organização criminosa, que o próprio delegado que preside o inquérito me excluiu por ausência de provas.

Silêncio

Outro que se recusou a responder às perguntas foi o advogado José Ricardo da Silva. Antes de invocar o direito constitucional de ficar em silêncio, ele narrou sua trajetória pessoal e criticou a cobertura da imprensa sobre o caso, assim como as investigações da CPI e da Polícia Federal, que, afirmou, apresentariam informações equivocadas.

— Condenam-se advogados,

como eu, por aceitarem assumir a função de conselheiro sem remuneração, o que em qualquer lugar do mundo seria uma ação elogiada — disse.

A relatora da CPI, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), sugeriu que a reunião passasse a ser secreta para tentar extrair informações dos ex-conselheiros, mas não obteve sucesso. Ela criticou as palavras de José Ricardo:

— O senhor usa esta CPI como palco para sua defesa, mas não quer responder nada.

Ataídes Oliveira lamentou a falta de cooperação dos convocados:

— Eles conseguem habeas corpus e, aqui, então, permanecem calados. Isso dificulta horrores os nossos trabalhos, sendo que eles também estão perdendo uma grande oportunidade de fazerem suas defesas — disse.

Durante a reunião, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) criticou a condução dos depoimentos. Ele defendeu a dispensa imediata dos con-

vocados munidos de habeas corpus.

— A minha discordância não é com a existência da CPI da qual fui signatário; não é com a busca da verdade, sobretudo, da condenação de culpados. Quem rouba o povo tem de ser punido por isso. A minha discordância é muito simples: é quanto a procedimentos que não podem ser estimulados.

Ataídes sustentou que a CPI tem o direito de fazer perguntas:

— O depoente pode querer falar alguma coisa. Agora, ele fala se ele quiser, mas, em momento algum, chegamos a faltar com o respeito.

O Carf é responsável pelo julgamento dos recursos administrativos de autuação de empresas e pessoas físicas por sonegação fiscal e previdenciária. Desde março, a PF, por meio da Operação Zelotes, apura esquema criminoso em que conselheiros e ex-conselheiros do Carf passavam informações privilegiadas para escritórios de consultoria.

CPI debate violência contra jovens no Rio Grande do Norte

O combate à violência contra jovens no Rio Grande do Norte vai ser debatido hoje, no âmbito da CPI do Assassinato de Jovens. A audiência foi requerida por Fátima Bezerra (PT-RN) e será realizada às 13h, na assembleia legislativa do estado. Segundo a senadora, o Rio Grande do Norte enfrenta um verdadeiro “extermínio” de jovens, a maioria deles negros.

— Precisamos tratar a questão como um problema de Estado, instituindo políticas públicas capazes de modificar essa realidade — afirmou.

Participarão da audiência a secretária estadual da Segurança Pública e Defesa Social do Rio Grande do Norte, Kalina Leite; o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania do RN, Marcos Dionísio Medeiros Caldas; e Daniela Bezerra Rodrigues, membro do Observatório da População Infante-Juvenil em Contextos de Violência da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Também comparecerão à reunião a secretária estadual da Juventude, Divaneide Basílio, e o advogado do Centro de Referência de Direitos Humanos da UFRN, Hélio Miguel Santos Bezerra.

O site Mapa da Violência divulgou em junho deste ano pesquisa feita em todas as regiões do país. O estudo registrou o número de mortes de adolescentes de 16 e 17 anos em 2013. O Rio Grande do Norte está em quarto lugar no ranking, com 117 mortes. Desses, 108 são do sexo masculino e 91 são negros. O resultado obedece ao perfil nacional de jovens vítimas de violência no Brasil: homem, negro e jovem.

Além de Fátima, estará presente o relator da comissão, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Bezerra quer carreira nacional de médico e dentista

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) informou na quarta-feira a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria dele que cria a carreira nacional de médico e dentista de saúde da família no sistema público de saúde. O objetivo é que a União faça a seleção e a contratação dos profissionais, possibilitando ainda a capacitação das duas categorias para atender a demanda por atenção básica de saúde.

Para Bezerra, a centralização da carreira de médicos e dentistas na União oferece vantagens, como a previsão da seleção ser feita com regras unificadas e baseadas no mérito profissional e um maior estímulo ao exercício de atividades de saúde ao tornar mais atrativa a carreira, com melhores salários e benefícios oferecidos pela União.

Outro ponto positivo da PEC 116/2015, destacou o senador, é distribuição dos médicos e dentistas, que passaria a se



Senador anuncia projeto para atender demanda por atenção básica de saúde

basear em critérios técnicos, de acordo com a necessidade de cada localidade:

— Com a criação dessa nova carreira nacional, será possível conferir prioridade aos municípios mais carentes na alocação de médicos e dentistas da família, maior eficiência na alocação de recursos e, acima de tudo, maior justiça e equilíbrio em um país marcado por desigualdades cruéis.

Para Bezerra, “com ou sem programa previsto no planeja-

mento do governo que estiver em exercício, esses profissionais da saúde continuarão atendendo a população. A estratégia Saúde da Família deixa, portanto, de ser uma política de governo para se tornar uma política de Estado”.

Omar Aziz (PSD-AM) e Donizeti Nogueira (PT-TO) elogiaram a iniciativa e apoiaram o fato de a proposição prever a continuidade do modelo da carreira nacional, obrigando o Executivo a planejar com visão de longo prazo.

Acordo Brasil-Moçambique vai ao Plenário

Tratado visa estabelecer e explorar serviços aéreos entre as duas nações. Assinado em 2010, tramitou cinco anos no Executivo e na Câmara antes de chegar ao Senado

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem acordo entre Brasil e Moçambique para estabelecer e explorar os serviços aéreos entre os dois países. O acordo também reconhece a importância do transporte aéreo para o fortalecimento das relações de amizade, do entendimento e da cooperação entre os povos dos dois países, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento da aviação civil internacional. A matéria (PDS 210/2015) segue para análise do Plenário

Assinado em Brasília em 2010, o acordo levou cinco anos entre os trâmites do Executivo, a aprovação na Câmara e a chegada ao Senado.

— É importante esclarecer aos contribuintes brasileiros que temos procurado tratar as matérias com celeridade, porque os acordos internacionais não são firmados entre presidentes de plantão, mas sim entre Estados nacionais. O acordo foi feito em 2010, estamos trabalhando somente hoje porque, ao longo desses



Acordo prevê de início três pontos nos dois países para rotas a serem designadas e outros na América do Sul, África e Ásia

anos todos, houve inércia na tramitação por parte do Executivo ou na Câmara. Aqui no Senado que não foi e não será — declarou o relator ad hoc, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a adoção de um marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios do Brasil e de Moçambique certamente contribuirá “para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do

turismo e da cooperação”. O relator acrescenta que o acordo vai “beneficiar a aviação civil dos dois países”, além de contribuir para “estreitar os laços de cooperação e amizade entre duas nações pertencentes à comunidade lusófona”.

Também de acordo com o Itamaraty, o acordo fixa procedimentos para as companhias aéreas se habilitarem a realizar o transporte aéreo de passageiros e cargas entre os dois países e também em outros

pontos, vinculados à rota, na América do Sul e na África.

Inicialmente, estão previstos três pontos em Moçambique e três pontos no Brasil para as rotas que serão designadas conforme o acordo, além de outros pontos na América do Sul e nos continentes africano e asiático.

As companhias aéreas poderão operar rotas e sobrevoar o território do outro país sem pousar ou fazer escalas para fins não comerciais. No

processo de designação, as autoridades aeronáuticas de ambas as nações terão o direito de negar as autorizações, revogá-las, suspendê-las ou impor condições caso não estejam convencidas de que a empresa aérea seja qualificada para oferecer o serviço.

O texto prevê que cada um dos países signatários do acordo não poderá dar preferência a suas próprias empresas aéreas ou a qualquer outra em relação às empresas aéreas do outro país.

Pelo tratado, cada parte poderá solicitar, a qualquer momento, a realização de consultas sobre as normas de segurança operacional aplicadas pela outra parte nos aspectos relacionados com as instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves.

Quanto ao preço para os serviços de transporte aéreo, eles estarão sujeitos às regras do país de origem do tráfego. Cada país deve informar o outro sobre suas leis, políticas e práticas de concorrência.

(Com Agência Câmara)

Criação de grupos parlamentares com Marrocos e Geórgia passa em comissão

Os integrantes da Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovaram ontem a criação de grupos que buscam a integração entre os parlamentares do Brasil com Marrocos e Geórgia.

O PRS 20/2015, proposto por Marcelo Crivella (PRB-RJ), cria o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos para desenvolver as relações entre os Legislativos. Elas se darão por meio de visitas recíprocas; realização de congressos, seminários, debates, conferências e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira; e permuta periódica de publicações e trabalhos legislativos.

O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), salientou que Marrocos é um país-chave no contexto africano. Além de exercer uma política externa ativa e multidirecionada, com eixos de aproximação com Estados Unidos e Europa — pelo que, em contrapartida, reprime a proliferação do extremismo

islâmico — possui grande poder de influência no mundo árabe.

A criação do Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia (PRS 36/2015) foi proposta pelo presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). A ideia é contribuir para o estreitamento das relações entre as nações, ao possibilitar o conhecimento mútuo e dos respectivos Parlamentos e o aprendizado sobre os problemas enfrentados pelos países. A nação tem a independência sob constante ameaça da Rússia.

— O país tem uma cultura forte, um alfabeto próprio, uma identidade nacional consolidada há séculos e vem lutando para manter sua independência — explicou Aloysio.

O Brasil reconheceu a independência da Geórgia em 1990 e dez anos mais tarde houve a abertura recíproca das embaixadas. Com o grupo, a ideia é aumentar a aproximação. A matéria foi relatada ad hoc por Raimundo Lira (PMDB-PB).

Colegiado apresenta indicados para embaixadas da Indonésia, Sérvia e Etiópia

Foram lidos ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE) os relatórios sobre as mensagens presidenciais de indicação de novos embaixadores junto à Indonésia, à Sérvia, cumulativamente com Montenegro, e à Etiópia, cumulativamente com o Djibuti e o Sudão do Sul. As mensagens receberam vista coletiva e as sabatinas dos diplomatas serão agendadas posteriormente.

O diplomata Rubem Antonio Corrêa Barbosa foi indicado para assumir a embaixada do Brasil na Indonésia. O presidente da comissão, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), registrou que a tramitação da indicação esteve paralisada após polêmica envolvendo os dois países, com a execução dos brasileiros Marco Archer e Rodrigo Gularte por tráfico de drogas e com a presidente Dilma recusando-se a receber as credenciais do embaixador da Indonésia no Brasil, Toto Riyanto.

O relator ad hoc da mensagem, Hélio

José (PSD-DF), informou que Barbosa graduou-se em ciências jurídicas em 1974 e concluiu o curso de altos estudos do Instituto Rio Branco em 1995.

Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert foi indicada para a embaixada na Sérvia, cumulativamente com Montenegro. Ingressou na carreira diplomática em 1983, atingindo o posto de ministra de segunda classe em 2008. O relator ad hoc da mensagem, Cristovam Buarque (PDT-DF), lembrou que os dois países são ex-repúblicas iugoslavas e que o Brasil manteve relações historicamente amigáveis com a antiga Iugoslávia.

O diplomata Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes foi o escolhido para o cargo de embaixador do Brasil na Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul. O relator ad hoc, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), registrou que o indicado ingressou no Instituto Rio Branco em 1985 e concluiu o curso de altos estudos em 2008.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Coordenação de Edição: Silvio Burle

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debate mostra potencial da floresta comercial

Audiência avaliou avanço tecnológico do setor e produtividade brasileira, que é a maior do mundo. Papel do plantio na captação de dióxido de carbono também foi destacado

COM A TRANSFORMAÇÃO de eucalipto e pinus em papel, celulose, carvão vegetal e painéis de madeira, entre outros produtos, a área de florestas plantadas no Brasil gerou uma receita bruta de R\$ 60 bilhões em 2014.

Ao lado desse resultado econômico, também a organização e o avanço tecnológico do setor e seu potencial no confisco de gases de efeito estufa chamaram a atenção dos senadores em debate feito ontem pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Investimentos em biotecnologia e engenharia genética colocaram o país no topo do ranking de produtividade, disse Elizabeth de Carvalhaes, presidente da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), associação que reúne 70 empresas do setor.

A produtividade brasileira, informou ela, é de 40 metros cúbicos de madeira por hectare/ano, distante do segundo colocado, o Chile, com 17 metros cúbicos por hectare/ano. Nos Estados Unidos, a produtividade é de 10 metros cúbicos por hectare/ano e na Europa, 7 metros cúbicos por hectare/ano.

— Não temos concorrente no planeta. O Brasil é o país mais capacitado do mundo para oferecer produto de madeira ao mercado mundial — frisou.

Waldemir Moka (PMDB-MS), um dos autores do requerimento para o debate, destacou ainda a contribuição do setor na promoção de medidas de mitigação dos impactos das mudanças climáticas e na recuperação de áreas degradadas.

Conforme dados citados pela presidente do IBÁ, as florestas plantadas estocam hoje 1,6 bilhão de toneladas e retiram anualmente da atmosfera 130



Ana Amélia (2ª à esq.) preside debate com Ramires, Elizabeth e o deputado Newton Cardoso Jr.

milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂), com a reposição das árvores cortadas.

Elizabeth assegurou que o plantio comercial de árvores é feito em áreas já abertas, havendo ainda o compromisso de recomposição de matas nativas.

— Para cada hectare plantado, as empresas recuperam 0,7 hectare. O Brasil tem 7,7 milhões de hectares de florestas plantadas e quase 6 milhões de hectares de recuperação de florestas naturais em áreas degradadas. Se um dos compromissos do Brasil é combater o desmatamento, a indústria do setor faz isso — afirmou.

Renda para agricultor

Em resposta a Ana Amélia (PP-RS), presidente da CRA, Elizabeth informou que, além do cultivo nas áreas das empresas, o setor tem hoje contratos de fomento com 22 mil produtores rurais,

fornecendo mudas, tecnologia e manejo florestal. Nessas propriedades, disse, o plantio de árvores é uma atividade complementar a outras desenvolvidas pelo agricultor.

— A lógica de plantio de árvores é entrecortada pelas florestas naturais. E nossa política de fomento é incluir famílias rurais com múltiplos usos do território, não é de monocultura.

A contribuição do setor para a redução dos impactos das mudanças climáticas e a complementação de renda para os agricultores foram elogiadas por Donizeti Nogueira (PT-TO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Acir Gurgacz (PDT-RO) e José Medeiros (PPS-MT).

A presidente da IBÁ explicou que há um esforço do setor em certificar internacionalmente toda a área de floresta plantada, para valorizar os produtos. Contam para a certificação aspectos como aproveitamento de

áreas já abertas, recuperação de terras degradadas, integração com matas nativas, associação com produção agrícola e, principalmente, a origem legal da madeira.

— Na China, na Europa, nos Estados Unidos, o medo do comprador é de comprar um produto proveniente de madeira ilegal — disse.

Além dos produtos convencionais, ela citou novos mercados, como o de fibras vegetais usadas na fabricação de aeronaves, em substituição ao alumínio.

Respondendo a Blairo Maggi (PR-MT), Luiz Ramires Junior, presidente da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura, disse ser essencial a integração entre as áreas cultivadas e o segmento industrial.

— A exportação de madeira in natura não tem grande valor agregado, então é muito importante que a gente tenha a indústria interligada à floresta. Se a indústria cresce, a floresta vem atrás.

Segundo ele, o setor estima chegar a 15 milhões de hectares plantados até 2030, o que representaria um incremento de área equivalente a 80% do compromisso de reflorestar 12 milhões de hectares, assumido pela presidente Dilma Rousseff em junho, em viagem oficial aos Estados Unidos.

Apesar do crescimento das florestas plantadas, Jorge Viana (PT-AC) disse ser ainda insuficiente, apontando a necessidade de “empoderamento” das políticas para o setor.

— A redução das emissões de gases de efeito estufa se deu com a redução do desmatamento, mas poderia ser ampliada fortemente se nós ampliássemos as florestas. Um país como o nosso era para ter 30 milhões de hectares de florestas plantadas — observou, defendendo mais atenção do poder público.

Viana destaca debate sobre preço de voo para o Acre

Jorge Viana (PT-AC) lembrou que terça-feira haverá audiência pública no Senado para discutir o alto custo de passagens aéreas para o Acre. Apesar do crescimento do mercado, os preços de voos para o estado subiram, afirmou.

O senador disse esperar que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) envie um diretor ao debate. Se a agência enviar apenas um representante, Viana garantiu que vai transformar o convite em convocação. E ainda mandou um recado para a Anac.

— Quem põe tira. Quem indica é o governo, mas quem sabatina é o Senado. Temos que fazer isso pelo menos uma vez: tirar um desses indicados dessas agências, por não estarem cumprindo seu papel, para começarem a respeitar um pouco mais o Senado.

Ferraço defende regulamentação do serviço do Uber

Projeto que regulamenta e organiza o serviço de transporte oferecido pelo Uber e inclui a modalidade no Plano Nacional de Mobilidade Urbana foi apresentado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O senador defendeu a proposta (PLS 530/2015) e destacou que o serviço remunerado de transporte privado individual a partir de provedores de rede de compartilhamento está presente desde 2010 em 320 cidades de 58 países.

Ferraço considerou impossível proibir um “fenômeno” como o Uber. Mas, segundo ele, é preciso criar uma regra nacional, para que o serviço não seja oferecido em uma cidade e vetado em outra. O senador disse compreender a “angústia dos taxistas” e que a categoria precisa ser incorporada ao debate do projeto.

Ferraço destacou que haverá audiência sobre o tema na Comissão de Direitos Humanos.

Comissão vai debater campanha Eles por Elas

A adesão do Senado à campanha internacional “Eles por Elas” (*He for She*), pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, será marcada por uma audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), informou Paulo Paim (PT-RS).

A campanha, iniciada pela ONU Mulheres, é um esforço global para envolver homens e meninas no combate à discriminação e à violência contra mulheres. O senador explicou que o objetivo da campanha é reunir 1 bilhão de assinaturas em todo o planeta em apoio à luta pela igualdade de direitos entre gêneros.

Paim disse que o Senado precisa avançar na questão, aprovando, por exemplo, o PLC 130/2011, proibindo a diferença salarial entre trabalhadores e trabalhadoras que exercem a mesma função.

Moka alerta para conflito entre índio e agricultor em MS

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) alertou para iminente enfrentamento entre índios e agricultores na zona rural de Antônio João (MS), a 300 quilômetros de Campo Grande. Os produtores fecharam rodovias em protesto contra a invasão de cerca de mil índios a cinco propriedades.

Moka disse temer que o enfrentamento se torne violento. Segundo o senador, os índios expulsaram os moradores com o argumento de que a área é terra indígena. A região, porém, seria produtiva e estaria nas mãos de agricultores há mais de 50 anos. Ele pediu aos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Defesa, Jaques Wagner, que intervenham.

— Se tiver enfrentamento, como já aconteceu, vamos ter perda de vidas e é isso que estamos querendo evitar.

Dalírio celebra aniversário de 165 anos de Blumenau

Dalírio Beber (PSDB-SC) foi à tribuna ontem para lembrar o aniversário de Blumenau (SC), que faz 165 anos no dia 2.

O senador destacou a cultura e as tradições alemãs que ajudaram a construir a cidade, que hoje tem pouco mais de 330 mil habitantes. Também disse que Blumenau tem economia diversificada, com destaque para o setor têxtil e para o desenvolvimento da área de tecnologia da informação.

A capacidade de trabalho da população local também foi ressaltada. O senador lembrou que Blumenau até hoje é vítima de constantes cheias, que obrigaram o povo local a conviver com tragédias e superá-las sem o auxílio do poder público.

— O blumenauense é um empreendedor por natureza — afirmou.



Jefferson Ruy/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

Avança bloqueio de bens em caso de terrorismo

Comissão aprova projeto que disciplina ação de indisponibilidade de bens, direitos ou valores de citado pelo Conselho de Segurança da ONU como financiador de atentados

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou proposta que cria uma ação judicial específica para bloqueio de bens de pessoas ou empresas citadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas como financiadores de terrorismo. O PLC 95/2015, de autoria do Executivo, está sob regime de urgência. O projeto também permite a aplicação da ação nos casos de cooperação jurídica entre países.

Atualmente, as resoluções do conselho são cumpridas por meio de ação ordinária, que segue o rito estabelecido no Código de Processo Civil, muitas vezes lento. Para o governo, esse sistema atrasa o cumprimento das resoluções internacionais, prejudicando as investigações de crimes graves e colocando o Brasil sob pressão internacional.

Na justificativa dos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Fazenda, Joaquim Levy, é importante que o Brasil, como já fizeram outros países, tenha uma disciplina legal específica para viabilizar as resoluções referentes à indisponibilidade de bens.

Segundo o relator ad hoc, Cristovam Buarque (PDT-DF), o país tem atrasado a efetivação de resoluções internacionais que determinam indisponibilidade de bens de investigados em crimes internacionais de natureza grave ao submeter os trâmites ao Código de Processo Civil. Os bloqueios, observou o sena-



Comissão de Relações Exteriores aprovou urgência para o projeto, relatado por Cristovam, entre Lasier e Raimundo Lira

dor, precisam ser efetivados de modo extremamente rápido e com observância das formalidades diplomáticas próprias das relações internacionais. É uma maneira, disse Cristovam, de evitar a ineficácia das medidas de combate a crimes graves de dimensão transnacionais, como a lavagem de dinheiro e o terrorismo.

— Com a proposta, cria-se um rito mais célere e compatível com os direitos e garantias da Constituição — afirmou o senador.

Indisponibilidade

De acordo com o texto aprovado, assim que a resolução for recebida, a Advocacia-Geral da União (AGU) terá 24 horas para propor a ação de indisponibilidade de bens de pessoas ou empresas. O juiz também terá 24 horas para decidir se manda bloquear imediatamente os bens. Se

o bloqueio for realizado, o interessado será comunicado para apresentar, no prazo de dez dias, os argumentos contra o bloqueio. Para efetivar a indisponibilidade dos bens e direitos, o juiz comunicará a decisão às entidades e aos órgãos reguladores e fiscalizadores, que adotarão as providências para o cumprimento das ordens judiciais.

O bloqueio será efetivado por qualquer empresa ou pessoa listada na Lei 9.613/1998, sobre crimes de lavagem de dinheiro. Estão sujeitos ao cumprimento da decisão judicial: bancos, corretoras e bolsas de valores, agências de câmbio, seguradoras, administradoras de cartões de crédito e empresas de arrendamento mercantil. Também estão incluídas pessoas físicas ou jurídicas que atuam na intermediação da transferência de atletas e aquelas que

comercializam bens de luxo ou imóveis, entre outros.

As medidas serão adotadas, no que couber, pelas corregedorias de Justiça dos estados e do Distrito Federal, pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), pelas capitânicas dos portos, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e por outros órgãos de registro público competentes.

Troca de informações

O projeto prevê a troca de informações entre as entidades, o juiz, e os Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores para que o andamento das ações chegue ao conhecimento do Conselho de Segurança da ONU, que também será informado das sentenças condenatórias sobre prática de atos terroristas.

A perda definitiva dos bens

ou valores bloqueados ocorrerá após a decisão sobre o fato que originou o bloqueio ter transitado em julgado, em processo nacional ou estrangeiro.

Em caso de expiração ou revogação da sanção pelo Conselho de Segurança, caberá ao Ministério da Justiça comunicar o juiz para determinar o fim do bloqueio. Isso valerá ainda no caso de o nome da pessoa cujos bens foram bloqueados ter sido excluído das resoluções do conselho.

Os bens sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação ou de difícil manutenção deverão ser vendidos antecipadamente em leilão e o dinheiro será depositado em conta bancária remunerada.

O projeto prevê que o interessado será intimado sobre a avaliação dos bens colocados à venda e terá dez dias para se manifestar. Após resolvidas eventuais divergências sobre o valor do bem, ele será alienado em leilão ou pregão por valor mínimo de 75% da avaliação. Desse montante, serão deduzidos os tributos e as multas incidentes sobre o bem vendido.

Segundo o governo, a proposta atenderá convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Na América Latina, Argentina, Bolívia, Colômbia, México e Uruguai já adotam em ordenamentos jurídicos instrumentos legais com o mesmo objetivo do projeto.

(Com Agência Câmara)

Comandante aponta prioridades da Marinha

Apesar da compressão orçamentária imposta pela crise econômica, o comandante da Marinha, almirante de esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, demonstrou entusiasmo quanto ao desenvolvimento de projetos estratégicos em curso na pasta. A questão foi tratada ontem em debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

— A Marinha sentiu [o corte]. Saiu de um orçamento de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 3,9 bilhões. O primeiro passo é estabelecer prioridades, que são o programa nuclear e de construção de submarinos, além da manutenção da esquadra — comentou Bacellar.

Para o comandante, qualquer ameaça à soberania brasileira viria necessariamente pelo mar. Daí a grande preocupação, conforme revelou, de manter o Atlântico Sul livre de conflitos. A estratégia para alcançar esse objetivo estaria focada, assim, no combate ao tráfico de drogas, armas e



Almirante Bacellar elencou projetos estratégicos em debate dirigido por Aloysio

regularidade de recursos. A preocupação do comandante da Marinha com o impacto da crise orçamentária sobre os projetos estratégicos da pasta foi compartilhada pelo presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ana Amélia (PP-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Lasier Martins (PDT-RS), Jorge Viana (PT-AC) e Raimundo Lira (PMDB-PB), que se manifestaram durante o debate.

Em relação a outros desafios, reconheceu a obsolescência do poder naval, observando que algumas fragatas têm quase 60 anos. A necessidade de investimentos na área seria de cerca de R\$ 600 milhões anuais, mas a Marinha só estaria recebendo um terço disso.

— Não adianta uma capacidade de defesa boa sem

Blairo lamenta morte de policial e cobra mudanças na segurança

Blairo Maggi (PR-MT) lamentou ontem o assassinato do tenente-coronel da PM Helton Wagner Martins, em Sinop (MT).

Segundo o senador, os envolvidos já foram presos e três deles são menores.

Blairo afirmou que esse episódio deixa clara a necessidade de rever a maioria das mudanças na política de segurança pública.

— Quero alertar que a responsabilidade que temos é imensa e não podemos nos furtar a buscar e a oferecer as respostas que a nação espera. O Senado precisa assumir o seu papel neste momento crucial de nossa história. Reformas são imprescindíveis e o caminho para efetivá-las passa por aqui. Essa é nossa responsabilidade.

Obras do Comperj não podem parar, pede Marcelo Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou ontem a decisão da Petrobras de paralisar as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí (RJ), e alertou para o fato de que a medida vai gerar sérios problemas não só para os moradores do município, mas para a própria companhia.

— Os efeitos funestos do período de gestão temerária da Petrobras e das práticas de corrupção em algumas de suas diretorias, assim como dos abusos contra os acionistas, obrigando a empresa a vender gasolina e diesel mais baratos do que seus preços internacionais, não se limitam aos prejuízos causados no passado, de R\$ 22 bilhões, de acordo com o último balanço — declarou o senador.